

Experiências que se entrecruzam... Vidas que se constroem: Narrativas de um Imigrante¹

*Davi F. Schreiner
Unioeste, Brasil
davi.felixs1@gmail.com
Ivonete Pereira
Unioeste, Brasil
ivi.pereira21@gmail.com*

Abstract

The present research aims to analyze the social construction of subjectivity, as regarding the means of living through and interpreting social relations, and attributing meaning to individual or collective practices. The point of departure is Josef Umann's autobiography: "Memories of a Bohemian Immigrant". The narrative consists on the author's experiences as a young man, his emigration from south Bohemia to south Brazil and his role on foundation of a new community: the colony of Santa Cecilia, situated in the state of Rio Grande do Sul. The struggle for better work conditions and wages in the factories, – as well as the contact with socialist ideologies – lead Umann to (re)elaborate his own representations and meanings for social freedom- which could only be attained outside the factory. The emigration becomes, thus, the vehicle to the formation of a new setting – a novel ambience in which land, labor, freedom and even reciprocity, itself, are re-signified by the immigrant's agency, becoming the core values of their "new" homeland's way of life.

Keywords: Memory, Biography, Immigration, Bohemia, Brazil.

Os deslocamentos humanos, a partir da segunda metade do século XX, no Brasil, ocorreram, preponderantemente, do campo para as cidades, sobretudo para as metrópoles,

¹ Este trabalho foi apresentado, na íntegra, no II Congresso AREIA, na Universidade de Roma, Itália, 2012, com financiamento da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, Brasil.

situação essa que contrasta com a do século XIX e da primeira metade do século XX, quando a maioria da população vivia no campo e a migração se fez para áreas de fronteira agrícola. O governo imperial brasileiro incentivou esse processo de colonização no território nacional, incentivo implementado mediante propaganda na Europa e doação de terras e subvenções financeiras, atraindo imigrantes que aqui passaram a praticar o trabalho familiar rural e a organizar comunidades no sul do país.

As biografias de imigrantes, sobretudo as autobiografias, são fontes riquíssimas para o estudo dos processos de imigração. Elas não apenas nos põem em contato com tais experiências, mas evidenciam temporalidades e situações marginais, paradoxais e ambíguas, que constituem as vivências de imigrantes, a trajetória para outro continente, o contato com o desconhecido e a construção de novas ambiências.

“*Memórias de um Imigrante Boêmio*” é um texto autobiográfico no qual o operário, colono e escritor Josef Umann² rememora suas experiências da infância e da juventude no que concerne à sua educação e ao seu trabalho. Então rememora sua trajetória de tecelão manual e lapidador na fábrica de vidro à emigração, em 1877, da região da Boêmia para o Estado do Rio Grande Sul, Brasil. Na nova terra, já com 27 anos de idade, enfrentou o medo do desconhecido e as dificuldades para instalar-se com sua família e produzir as condições materiais de existência a partir de uma nova forma de trabalho, a de colono. Atuou na formação de uma comunidade, a Colônia Santa Cecília, no município de Venâncio Aires. Empenhou-se, em conjunto com sua família e outros imigrantes, na construção de espaços socioculturais, como a escola, a igreja e a sociedade de leitura.

Umann era uma pessoa, ao menos em parte, diferente da maioria dos trabalhadores de seu tempo. Tinha uma cultura letrada incomum para um operário ou camponês. O gosto pela leitura, adquiriu-o ainda na infância, em Rochlitz, lugar onde nasceu em 1850. Nutria predileção por textos literários que continham narrativas de aventuras. Leu a Bíblia traduzida por Lutero, não se sabe se ao todo, possivelmente não, mas leu “*sobre a história do povo de Israel*”. Leu sobre a vida dos mártires e santos. Não obstante essa leitura tenha sido marcante para sua formação, adverte: “*como socialista, adquiriu valor bem diverso daqueles tempos*”. (Umann, 1981, 12).

Observamos que, na narrativa de sua trajetória, Umann, ao dar destaque às suas leituras, às brincadeiras que não vivenciou e ao trabalho que exerceu desde tenra idade, está ressignificando, através de seu discurso, suas experiências, pois o infante Umann não mais existe, e, sim, o Umann adulto, um sujeito constituído, no dizer de Eni Orlandi. Assim ressignificado, tal sujeito “... *se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico)*”. (Orlandi, 2000, 45) Umann, ao reconstruir sua história, é o “*sujeito do capitalismo*”, constituído por condições externas e por seu discurso, que explicita “*um tecido de evidências 'subjetivas', entendendo-se*

² Umann, Josef 1981 *Memórias de um imigrante boêmio*, tradução de Hilda A.H. Flores, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. O título original foi modificado pela tradutora, segundo ela por ser extenso demais: “*Memórias de Josef Umann e a História do Desenvolvimento da Linha Cecília, Município de Venâncio Aires*”. O primeiro e o segundo capítulo foram escritos por Umann. O terceiro capítulo foi organizado por um de seus filhos, Alfredo Umann, a partir de narrativas do próprio Umann e memórias dos seus filhos. O capítulo também inclui o relato de Emilie Freudenberger, que imigrou com Umann e cantos e poemas escritos pelo autor. A obra, publicada em Santa Cruz do Sul (RS), durante a 2ª Guerra Mundial, foi confiscada antes de chegar ao público. Quatro exemplares, todavia, escaparam ao confisco, um dos quais, o do acervo da Sociedade de Alto Sampaio, que Umann ajudou fundar, possibilitou a tradução (cfr. Flores, 1981, in Umann, 1981, 3-5).

'subjetivas' não como que afetam o sujeito”, mas, mais fortemente, como *“nas quais se constitui o sujeito”* (Orlandi, 2000, 46).

Umann não nega a sua formação e filiação religiosa, antes a afirma como interpretação própria que fez das obras, segundo ele, ainda que alterada na relação com textos no campo da política, da história e da natureza, bem como pela vivência das relações desiguais de trabalho. Essas experiências produziram outros sentidos e outros significados às leituras da infância e da juventude. Depois integrante do Partido Operário, leu textos do socialismo e do filósofo Jean Jacques Rosseau. Ao confrontar os princípios do socialismo, a propositura de uma sociedade sem classes, as ideias de igualdade e de fraternidade com a situação desumana vivida na indústria de vidro e as contradições sociais na Alemanha oitocentista, lutou por melhores condições de trabalho e de salário. Ao narrar tal conjuntura, nos fornece indícios acerca das perspectivas quanto às relações socioculturais que pretendia construir no Brasil.

Trata-se de uma narrativa articulada a sentidos que nos parecem escolhidos meticulosamente. Umann, ao rememorar, atribui sentidos, com habilidade narrativa de rara beleza, às próprias vivências e à ambiência na Boêmia do século XIX. Transparece, no seu modo de interpretar, uma recorrente necessidade de heroicização de seu personagem e de sua história, evidenciando um discurso fundante, "re-significado" e legitimador. Como identificar e interpretar os sentidos e significados das representações narrativas de uma trajetória de vida, na percepção e nas escolhas que o autor fez de suas próprias experiências?

A autobiografia, como documento, observa Le Goff, *“afirma-se essencialmente como testemunho escrito”*. O documento é produto do vivido nas relações sociais, relações de poder. Cabe ao historiador o ofício de análise dos conteúdos e das subjetividades presentes nos documentos, devendo estar atento às exclusões e aos silêncios, desnudando os seus significados e sentidos aparentes (Le Goff, 1992, 454, 547-548). É preciso, ao mesmo tempo, estabelecer a crítica das representações sociais, para que a memória não ocupe um lugar privilegiado, anulando a própria reflexão histórica que objetiva tornar inteligível o vivido.

Essa questão nos remete à análise das representações, nos termos propostos por Henri Lefebvre. Para ele, as representações sociais são mediações entre o ser e o conhecer, entre o vivido e o concebido, entre o representado e o representante. São produtos de processos sociais, estando, portanto, referidas ao problema da dominação e exploração. Na análise dialética da relação entre o vivido e o concebido (a teoria e *“também as 'ideologias' trabalhadas em função de um objetivo estratégico”*), a representação é o percebido (o terceiro termo que interpreta as experiências sociais). O movimento dialético entre o vivido e o concebido nunca cessa.

Para uma superação entre o vivido e o concebido, é preciso auscultar as presenças e ausências das representações, relacionando-as com quem as produz, estabelecendo a crítica analítica do pensamento produzido e a crítica da vida cotidiana. Desse modo, portanto, a representação e a crítica das representações não se definem unicamente pelo concebido e pela sua crítica, mas através da relação com uma vivência (presença) (cfr. Lefebvre, 1983, 69-70).

Ao analisar a interpretação que Umann tece acerca de suas vivências, percebemos o modo como se posiciona nas e pelas relações com os outros, construindo e compartilhando práticas e valores, reconstruindo a sua própria identidade. Michael Pollak bem observou que a memória é *“um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”*

(Pollak, 1992, 5). A rememoração é, pois, um dos modos pelo qual os sujeitos procuram reconstruir seus sentidos de identidade individual e de pertença a uma coletividade.

Ao rememorar as vivências do passado, Umann parte da sua subjetividade e das relações sociais que vivia em seu contexto presente. Um presente vivido, que estava se fazendo, incompleto, como sua própria autobiografia. Descreve-o como de trabalho árduo, de dificuldades e de privações, entremeado pelas relações de reciprocidade horizontais, marcadas pela partilha de valores e práticas comunitárias. Tratar-se-ia, para Umann, da realização coletiva do sentido de solidariedade e da superação da condição de miséria vivida na Boêmia? Esta é uma hipótese plausível, haja vista que acreditava na ideia de comunidade, alicerçada em valores cristãos e do socialismo. Nesse contexto, ele se perguntou: Quem deve emigrar? E estendeu a pergunta a milhares de outros, como forma de explicar e incentivar conterrâneos seus à emigração.

“*Quem deve emigrar?*” é pergunta escolhida como título de um poema que escreveu, retratando a sua própria trajetória até a Colônia Cecília e a ambiência que se construía lá. O propósito era a propaganda para atrair outros de sua terra natal ao Brasil. O poema não esconde dificuldades que seriam encontradas na nova terra, mas, ao mesmo tempo, idealiza um futuro promissor. Quando compôs o poema, dificuldades haviam sido vividas pela sua família e vizinhos de comunidade, boa parte delas vencidas, outras não.

Em suas palavras, “*Ao longo dos anos*”, a teimosia “*e incompreensão de alguns colonos muito prejudicou o bom êxito desses melhoramentos, quando preferiam perder terras em um processo judicial a ter que doá-las ao bem comum.*” E conclui: “*Muito desgosto e desperdício de trabalho teria sido poupado aos colonos se o Governo ou os proprietários de loteamentos particulares tivessem realizado o traçado certo do caminho, simultaneamente à demarcação das terras.*”. Foi seu último enunciado na narração de sua história de vida. Não escreveu mais, embora tenha vivido até os 77 anos de idade. Seus filhos continuaram seu registro, mas sem a riqueza de sentidos e emoções que caracterizam o texto do autor.

As últimas avaliações narrativas de Josef Umann, sobre a vida comunitária na Colônia Santa Cecília, fornecem, entretanto, indícios não apenas acerca das suas aspirações, de como viveu a infância, a condição operária e o que perspectivava, mas, também, acerca das relações socioculturais nas quais vivia e estava se tecendo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, no século XIX. As representações sociais “terra”, “trabalho”, “família” e “liberdade” aparecem em seu texto, afirmando discursivamente um modo de vida. São dimensões que se entrecruzam nas experiências vividas por aqueles que se “fizeram” como colonos. A partir destas representações, é possível compreender como Umann elaborou sentidos identitários a partir e para a sua trajetória de vida e para os que, como ele, trabalhadores, emigraram e criaram comunidades de interesses compartilhados³.

Esta configuração nos remete, portanto, às vivências de Umann e, a partir de sua própria narrativa, às de milhares de outros camponeses, artesãos, carpinteiros e operários que emigraram da Alemanha para o Brasil. Como decidiram emigrar? Como Umann e outros emigrados de seu tempo, após cruzarem o Atlântico, construíram uma nova ambiência

³ A expressão “comunidade” pode levar à dissimulação das desigualdades nas relações entre os sujeitos sociais, contribuindo na prática da vida cotidiana para abafar as tensões e os confrontos, e, por isso, utilizamos a noção de comunidade de interesses compartilhados para exprimir a ideia de espaço social onde se dá o exercício tanto da socialização e prática política, quanto das relações interpessoais cotidianas, da vivência religiosa e do lazer, e dos interesses compartilhados de um grupo de sujeitos sociais, porém não harmônicas e, sim, contraditórias e conflitantes.

comunitária? Como viveram as diversas situações liminares⁴, paradoxais, transitórias em suas vidas, entre as quais o trabalho de aprendizes, de operários e de emigrantes? Como Umann tece a sua subjetividade nesses processos ao ressignificar suas experiências passadas? Destas questões nos ocuparemos nas páginas que se seguem.

Operários Aprendizes

Para Umann, na Boêmia do século XIX, não ter trabalho tinha um significado maior do que não ter o que comer; significava não ter identidade, não ser reconhecido como alguém. Só se era alguém pelo trabalho: para viver e para tornar-se alguém na vida, reconhecido na família e na aldeia. Não havia, todavia, terra e nem trabalho suficientes para a colocação de todos os trabalhadores. Também não havia empregos nas fábricas para absorver toda a mão de obra ociosa. Valores morais e práticas de suborno permeavam a possibilidade de emprego e as relações nesse mundo de trabalho. A preferência conferida aos que não possuíam nenhuma fração de terra, a obtenção de indicação do mestre de fiação ao patrão para o emprego e ou ter a proteção dele, em troca de favores ou presentes, são exemplos.

Não bastava querer trabalhar, era necessário demonstrar que tudo se fez para arrumar emprego. As inúmeras páginas que se seguem, narrando o quanto Umann, adolescente, lutou para se empregar como tecelão manual, parecem querer atestar que de tudo fez para além de seus limites físicos e emocionais. Uma falha no tecido, ocasionada pelo desprendimento de um fio, ocasionou sua demissão. Trabalhava num canto escuro e imediatamente informou ao mestre, que deveria ter assinalado o tecido atestando o acidente. Implorou, ajoelhado, pelo emprego. Foi em vão. Dois outros trabalhadores da sala de medição zombavam, dizendo: *“Tu tens terra, então não precisas com tanta necessidade que outros, que nada têm!”* (Umann, 1981, 15).

Essa situação é reveladora do valor atribuído ao trabalho, como dimensão central de identidade e reconhecimento social, e acerca das disputas entre os trabalhadores no espaço da fábrica pelo emprego como de solidariedade entre os mais iguais. O emprego deveria ser para os destituídos de qualquer bem. Umann compartilha dessa visão. Ser demitido e estar desempregado, todavia, para além da falta de trabalho, poderia significar ser alvo de outras representações sociais, como a ser incompetente e de não afeito ao trabalho. Chegar desempregado em casa era motivo de grande vergonha. Apresentar-se assim ao pai, isso era também motivo de medo, pois se tratava de “um homem bastante severo”. Por isso a súplica pela manutenção do emprego, que foi tornada humilhação.

O que senti naquela ocasião é indescritível. A vergonha de me haver ajoelhado perante seres humanos e suplicado por trabalho me envolveu como as garras de uma ave de rapina.

⁴ “Liminar” é derivada da palavra latina *limen*, que quer dizer *soleira da porta*. A acepção designa aquele que está em posição (espacial, temporal ou outra) inicial, limítrofe ou de passagem. Do ponto de vista antropológico, liminaridade designa temporalidade ou situação marginal, paradoxal e ambígua, que antecede ou acompanha a passagem de mulheres e ou de homens a uma nova categoria ou posição social. A ideia de liminaridade é tributária da obra do antropólogo Arnold van Gennep, *“Les Rites de Passage”* (1969). Victor Turner, a partir de Gennep, reelaborou o conceito de liminaridade, apresentando elementos da situação liminar (homogeneidade, igualdade, anonimidade, ausência de propriedade material), que indicam para o nivelamento social dos sujeitos em processos de passagem/travessia. Desenvolveu, também, o conceito de *communitas*: “[...] uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos” (Turner, 1974, 119).

Uma dor convulsiva no peito me arrastou de tal maneira que só pensava em morrer, apressando-me para fora da fábrica, para a liberdade. (Umann, 1981, 15)

Ocorria que a “liberdade” do exterior da fábrica também era desumana. A pobreza, a doença e a luta contra a morte faziam parte daquele cotidiano. Após a demissão, chegou a pensar em suicidar-se. Sentiu desesperança extrema por não conseguir meio de vida e, igualmente, o peso moral pela ausência de trabalho. Sem trabalho, salário e profissão, sem identidade: alguém não se faz a si próprio e, portanto, não obtêm o reconhecimento dos seus mais próximos, familiares, também não da comunidade.

A importância atribuída ao trabalho evidencia-se nas entrelinhas da narrativa acerca de sua itinerância pelas montanhas, em meio à neve, naqueles dias que se seguiram. Nada parecia preocupá-lo mais do que “... o inverno sem trabalho”. “*Tinha medo ante ao miserável e nojento combate pela vida [...] como filho de gente pobre*” (Umann, 1981, 20). No percurso da narrativa, partilhou a experiência que havia vivido na fábrica de tecelagem com outras pessoas e as ouviu contar sobre suas trajetórias de vida. Umann, ao narrar essas experiências de partilha de narrativas, a partir de seu presente vivido, se identifica nas histórias de vida daquelas pessoas. É a partir das histórias de vida dos outros que interpreta a sua condição vivida, ressignificando seu próprio discurso e se constituindo por meio dele. Esta dimensão evidencia-se, por exemplo, ao reproduzir a história de vida que lhe contou um funileiro. Umann visualiza nele uma pessoa que, após superar todo tipo de adversidade com heroísmo, é alegre, com energia e com profissão. A história é de um jovem funileiro, mas Umann se identifica de tal modo que a narra como se fosse sua própria história de vida.

O funileiro, segundo Umann, era oriundo de uma família de camponeses pobres. Na infância, com seus outros cinco irmãos, vivia numa cabana e possuía uma roda de tecer, alguns animais e algumas braças de terra. A pobreza e a doença levaram à morte dos pais. Seus quatro irmãos menores foram distribuídos e ele e seu irmão passaram a trabalhar como pastores de vacas em casa de camponeses. Aos treze anos, um agente de aprendizes o recrutou, também ao seu irmão, e, em Viena, “*foram simplesmente entregues a mestres que precisavam de aprendizes*”. Os maus tratos e a violência física eram constantes, por isso mestres tinham dificuldades em encontrar aprendizes na cidade e agentes de recrutamento de adolescentes iam às províncias.

As situações de trabalho mencionadas nesse texto, até aqui, evidenciam a educação para e pelo o trabalho, configurando o trabalho e as relações familiares que se entrecruzam. Sob a roupagem de “aprendizagem” de um ofício se escondem múltiplas situações nas quais crianças e adolescentes tecem a feitura de suas subjetividades. A fome, devido à comida racionada ao extremo, os maus tratos, a agressão física, as surras, em não raros casos frequentes, resultavam em graves ferimentos, obrigando, por vezes, mestres a levar aprendizes aos cuidados médicos e então a inferioridade de tratamento aos aprendizes, em relação aos filhos da família na qual trabalhavam, são dimensões vividas pelo jovem funileiro e um de seus irmãos.

Ao relatar conflitos que envolvem o trabalho, a família e a luta pela sobrevivência e o serviço de aprendiz, Umann se constitui e posiciona a partir e pela narrativa que elabora acerca da história de vida de outros sujeitos. Ao narrar a situação vivida pelo irmão do funileiro, também aprendiz, sua rememoração ganha contornos ainda mais marcantes, fazendo emergir a crueldade e a desumanização nas práticas de exploração do trabalho infantil, de privações e de violência.

Mais triste que comigo, sucedeu a meu irmão. Mais novo que eu, e de constituição franzina, passou ao serviço de um alfaiate.

A comida lá era ainda mais racionada que a nossa, de modo que passava fome ignominiosa. Nos primeiros tempos ainda teve sorte, pois um oficial de alfaiate de bom coração às vezes lhe dava um pedaço de pão de trigo, do que comprava para si. Mas quando este foi embora, a coisa piorou muito para o meu pobre irmão. À fome aliou-se uma imensa saudade nostálgica, e antes que passasse um ano, já descansava na sepultura.

Tratamento semelhante receberam a maioria das crianças que, desprotegidas, eram traficadas à capital qual mercadoria e vendidas a mestres gananciosos. Só muito poucas havia entre elas que se podiam alegrar com um bom tratamento. (Umann, 1981, 30-31)

O fragmento da narrativa indica o sentido da construção subjetiva. Umann se identifica e significa a sua própria condição ao compará-la à situação vivida pelo funileiro e seu irmão mais novo. A tragédia havia se abatido sobre ambos, mas a do irmão era ainda pior, pois lá a comida “*era ainda mais racionada*”, passando “*fome ignominiosa*”. Nesta condição material e física se tece a emocional, com “*uma imensa saudade nostálgica*”, assevera Umann. E em meio àquela barbárie parece querer ressaltar um fio de esperança, pois ainda havia alguém de “bom coração” que partilhava um pedaço de pão de trigo. Esses, porém, certamente eram poucos e rareavam, possivelmente devido à pobreza dos trabalhadores do campo e da cidade.

As lembranças de Umann nos conduzem não apenas à condição vivida pelo jovem companheiro funileiro e seu irmão, mas ao universo das infâncias de aprendizes. Aprendizes existiam em grande número e ampliaram-se com as guerras de unificação da Alemanha, em 1871, que causaram mortes, devastação das plantações e fome, isso para além dos efeitos negativos da industrialização sobre a população: “*Famílias numerosas não se mantinham em áreas de até cinco hectares de terra. Para sobreviver, praticavam uma segunda profissão: carpinteiro, marceneiro, sapateiro, ferreiro, seleiro ou tecelão*” (Flores, 1981, 11¹). Milhares de camponeses migraram para as cidades. Trabalhavam nas fábricas até 14 horas diárias. As moradias eram precárias. A utilização de novas máquinas gerava mais e mais desemprego.

Neste contexto, ser aprendiz não significava apenas ou implicava em muito mais do que a possibilidade, nem sempre realizada, de aprender uma profissão. Essa representação do social oculta e, ao mesmo tempo, revela os sujeitos e suas relações. Na condição de aprendiz, o tempo de infância, forçosamente, tornava-se tempo de trabalho no estabelecimento comercial, na fábrica, no espaço familiar. Todo o tempo de vida deve estar a serviço do mestre e de seus familiares. A exploração do trabalho infantil, entretanto, não apenas se desloca para todo o tempo de vida, como também gera uma radical desvalorização humana, pois a criança, e sua infância, é transformada em mercadoria. As crianças, assim, iam se fazendo/eram feitas “operárias”, sem necessariamente aprenderem uma profissão.

Umann também almejava aprender uma profissão como meio de conseguir trabalho e salário para a manutenção da vida. Conseguiu emprego em Georgental, junto a Tannwald, com um pequeno fornecedor de vidro, que lhe havia prometido ensinar a impressão de botões, mas, conta ele, mantinha-o como “*entregador barato para a sua mercadoria*”. “*Nem se lhe passava pela mente ensinar-me o ofício prometido*” (Umann, 1981, 33).

Ao recordar vivências de aprendizes de profissão, e sua própria experiência de trabalho, observamos a individualidade se fazendo nas experiências vividas, na relação de identificação com os que vivem uma mesma condição e, nesta e a partir da mesma, na contraposição aos outros, aos mestres e aos patrões, que subjagam seu trabalho e vida. Nesse terreno contraditório e conflituoso, a feitura de uma subjetividade, ao mesmo tempo individual e coletiva de resistência às condições impostas por empregadores, mestres e patrões, vai sendo tecida. Diante da conjuntura, sem aprender o ofício, com alimentação

racionada, sem receber remuneração que considera adequada ao penoso trabalho de entregador, Umann se percebe explorado e decide abandonar o emprego e aprender o ofício de lapidador.

A ocupação de polidor de vidro era extremamente insalubre. Uma pessoa saudável, com *“organismo mais robusto resiste no máximo até 40 anos, para então sucumbir no túmulo. Naturezas mais delicadas muitas vezes são ceifadas antes dos 30 anos de vida”* (Umann, 1981, 33). Umann conhecia os perigos da profissão, relutou, mas, como não encontrava emprego com salário melhor, decidiu aprender o ofício. Naquele contexto, saber um ofício possibilitava ao trabalhador maiores chances na disputa por um emprego. A mudança, com o tempo, nem sempre era para melhor.

“Ao Latir do Coveiro!”

A trajetória de vida e o cotidiano dos lapidadores, onde se concentravam as indústrias de vidro, no vale do Alto Kamnitz e aldeias vizinhas, eram semelhantes. A narrativa de Umann impressiona pela descrição rica das condições físicas dos trabalhadores, da profissão e da vida cotidiana. As pessoas estão *“trêmulas com faces cavadas e olhar sem brilho”*. Impressiona ainda mais o contraste, que o narrador acentua, e não é sem motivo, a nosso ver, entre a crueza da vida, povoada pela pobreza, pela tuberculose, pelo tifo, pela morte e *“a região belíssima”, “formada por montanhas gigantes”, com sua “escura floresta com seu verde de pinheiro típico” e os vales “com prados e esteiras floridas”*. Esse belo lugar, todavia, *“parece-se com um cemitério no qual andam cadáveres ambulantes”* (Umann, 1981, 35).

Ao narrar sobre a vida nessa região, Umann olha para o passado procurando entender sua trajetória, elaborando uma memória acerca de um povo e de um lugar no qual ele viveu. Procura explicitar como os trabalhadores lidavam com a condição de miserabilidade, não abrindo mão da solidariedade. Ao explicar como os polidores de vidro viviam, procura trazer à tona uma identidade coletiva, na qual a sua subjetividade tenha sentido e significado. Ao narrar, fala para si, para os seus da comunidade, mas também para todos os que não são oriundos daquele lugar, daquela “pátria”, da Boêmia. Ele fala para a posteridade. Em um novo lugar, em outro país, busca a afirmação de uma identidade coletiva que foi se engendrando no passado no vivido de um coletivo, do qual fazia parte.

Os trabalhadores da Boêmia, entre os quais a categoria social dos polidores, têm um passado em comum. A maioria dos polidores era encaminhada às oficinas de vidro ainda crianças, para auxiliar na manutenção da família. Na fábrica, *“Os delicados pulmões inspiram o pó de vidro e os bacilos da tuberculose que infestam o ar agitado e pobre de oxigênio nos locais de trabalho mal ventilados das fábricas. A maioria já está com os pulmões afetados antes que tenham condições de conhecer o perigo em que se encontram. É claro que, em tais circunstâncias, à qual se acresce muitas vezes uma alimentação deficiente, o crescimento e o desenvolvimento físico não se processam normalmente.”* (Umann, 1981, 35). E, destaca Umann, crianças choram a morte dos pais em decorrência da insalubridade e da epidemia de varíola.

Não obstante isso, na zona da indústria do vidro, *“o povo cheio de alegria de viver”, trabalha, dança e “troça do perigo que rodeia, ao qual finge ignorar”*. Os trabalhadores conhecem os riscos e os resultados, bons e ruins, dessa atividade. Por isso, *“Rindo, indiferentes da vingança da morte, dançam os lapidadores de vidro.”* (Umann, 1981, 34). A maioria dos trabalhadores do vale do Alto Kamnitz e aldeias vizinhas, *“mesmo quando a*

morte próxima já assentou sua marca fatídica no rosto pálido e não raro se ouve alguém, a quem a tão conhecida tosse já se manifestou, brindar em tom de zombaria: - Ao latir do coveiro.”. Qual o sentido desta expressão? Como entender esse cenário, aparentemente contraditório, onde o humor macabro produziu riso, alívio e algum sentido num contexto de privações?

Talvez tenhamos um exemplo, distante no tempo e no espaço, mas não na pobreza e luta pela vida, em “*Morte e Vida Severina*”, peça teatral de João Cabral de Melo Neto, poeta nordestino brasileiro. A respectiva produção fílmica mostra que os opostos são faces entremeadas na vida de retirantes do sertão nordestino. Trata-se de uma realidade multifacetada e de relações diversas que constituem sujeitos. A vida se consubstancia em uma luta constante, pela vida e contra a morte. O que mais se opõe à morte do que a alegria? Zombar da morte ou zombar da própria condição se faz necessário para tornar a vida um pouco melhor enquanto ainda se tem vida? De qualquer modo, o fim parecia inevitável.

Ao sujeito, naquelas condições, quase certo, não haveria escapatória: “*Está enganado quem acredita tratar-se de uma filosofia estoica de menosprezo à morte, a adotada pelos lapidadores de vidro*” (Umann, 1981, 36), adverte Umann. A simplicidade da população trabalhadora de Rochlitz não é equivalente à ignorância social. A “*piadosa simplicidade que as pessoas manifestavam em contato com pessoas de posição mais elevada, era na maioria, disfarce, [...] eram tudo, menos ingênuos*” (Umann, 1981, 37). Conheciam bem a dureza da vida de trabalhador nas fábricas de vidro, da guerra e das epidemias.

A epidemia de varíola, em 1872, provocou medo à população. As doenças e as mortes, entre as quais as provocadas pela tuberculose, faziam parte da vida cotidiana dos lapidadores. Zombar da situação vivida seria, então, um refúgio individual e coletivo à morte? Talvez. Por que, então, não enterrar o coveiro e, ao menos em parte, trair o destino que se tinha como quase certo? Parece plausível, pois a cada dia que se vive se trai o coveiro, deixando-o com menos trabalho. Estaríamos, assim, diante de uma ironia que confere sentido aos que não têm trabalho ou têm, mas é tão ou mais difícil e insalubre do que a do coveiro. Afinal, o operário trabalhava para manter a sua vida, e ele, o coveiro, também a sua, sepultando os que não mais tinham vida.

Não obstante essas situações sejam plausíveis, a narrativa de Umann nos aponta indícios acerca do sentido identitário individual, coletivo e de um povo se constituindo a partir dessas condições adversas entrelaçadas: morte e vida, tristeza e alegria. A oposição fome e fartura, todavia, não aparece em toda a sua narrativa, e sim fome e trabalho. Malgrado a morte, tinham trabalho ou esperança de consegui-lo, por pior que fosse. O trabalho é, além disso, elemento constitutivo de passagem para outra condição social e humana, diferente e oposta daquela da fome e da doença: “*Ao latir do coveiro*” não há mais indivíduo, e o ato coletivo fúnebre chega ao seu final sem aquele que foi. A subjetividade daquele que se foi já não subsiste mais, senão como fragmentos nas memórias dos que vivem. Para estes, o trabalho ainda é meio para outra condição, a alegria também.

Travessia

Desde cedo, já na infância, como vimos, Umann viveu o paradoxo de uma sociedade que acredita que o trabalho é redentor do indivíduo, mas não há trabalho e lugar para se fazer como sujeito. Nas fábricas, porém, o ambiente de trabalho não era dos melhores. Havia hábitos grosseiros e imorais de operários nas fábricas, hábitos entre os quais constava a bebedeira, que também ocorria em festas de batizado, de noivado, de casamento e de

nascimento de filhos. Na narrativa do autor aparece ainda a bebedeira entre empregados na comemoração pelo emprego de um novo trabalhador, que cedia seu primeiro salário para a compra de aguardente.

Um tal modo de vida, indisciplinado e imoral, prejudicava física e moralmente a população, especialmente a juventude em formação. Felizmente o socialismo, quando chegou até os confins de nossas montanhas do Iser, trouxe uma mudança para melhor. Nas reuniões do Partido criticava-se severamente o vício da embriaguez. Mostrou-se o efeito maléfico que a aguardente em demasia produz sobre a saúde, (...), encaminhando cada vez maior número de vítimas à devastadora tuberculose. (Umann, 1981, 39)

Ao que parece apenas parte dos operários seguiu as orientações reformadoras de costumes do Partido e deram novos rumos às suas vidas. Os trabalhadores se opuseram e resistiram a essa tentativa de disciplina a ponto de Umann reconhecer “*que alguém sozinho não podia se opor a este estado de coisas, se não quisesse se tornar alvo de toda a espécie de ataques, que acabariam por forçá-lo a deixar a fábrica*” (Umann, 1981, 38).

Os locais de trabalho, todavia, não contribuía para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores. Eram de extrema precariedade. As salas eram apertadas e baixas. A maioria das fábricas não possuía instalações de ventilação. As janelas somente eram abertas no verão. No inverno, além de um ambiente mal aquecido, a poeira de vidro e de tripolita se concentrava mais. A jornada de trabalho chegava, muitas vezes, até a 14 ou 16 horas diárias. Acidentes de trabalho ocorriam com frequência. Essa situação facilitava o contágio de tuberculose.

Como lapidador de vidro, Umann vive a condição de subalternidade nas relações de trabalho, mas se vê e reconhece como do labor e se contrapõe às condições desumanas de trabalho e aos baixos salários. No início da década de 1870, teve contato com as ideias do socialismo:

Quando mais tarde aprendi a pura doutrina do socialismo, compreendi que todos somos produto das circunstâncias nas quais crescemos. O homem maduro esqueceu o juramento infantil [de se vingar dos dois trabalhadores que zombaram por ocasião de sua demissão]. Compreendi que não deveria lutar contra pessoas isoladas, mas consagrar minhas forças a uma causa maior, para auxiliar a melhorar a sorte da classe dos trabalhadores. (Umann, 1981, 26)

Neste sentido, participava de reuniões e atividades do Partido Operário da região do Iser, “*que, de luta em luta, um dia atingirá a bela meta da igualdade entre todos os seres humanos?*”. Aquele período da vida o marcou profundamente, como certamente seus companheiros. Era um tempo “*de luta e pressão*”, descrito por ele como a vivência do “*mais belo objetivo*” da sua “*vida, e ainda hoje recordo com orgulho meus bem intencionados companheiros com os quais eu trabalhava em comum pela melhoria existencial da classe operária*” (Umann, 1981, 44).

O trabalho de lapidador não o preservava, tampouco o valorizava como ser humano, quer do ponto de vista físico, pois destruía a saúde física, como do identitário. Ser alguém ou tornar-se sujeito, de sua vida e da história no seu universo sociocultural, então, não se vislumbrava como possível. Pensou em mudar de ramo, mas teria que aprender novo ofício, realizar jornadas extensas de trabalho com salário medíocre. Há muito já pensava em emigrar para o Brasil. Quando a saúde, a exemplo de muitos outros companheiros seus, já estava abalada, aos 27 anos de idade, decidiu emigrar, afinal, não lhe “*faltavam amor pela vida e ânimo para o trabalho, sabendo-me assegurar uma existência cheia de trabalho e de segurança*” (Umann, 1981, 43).

Emigrar, para o além do mar, tornou-se uma alternativa para milhares de europeus camponeses, carpinteiros, lapidadores de vidro e operários, e, para muitos deles, a única, não apenas para recuperar a condição de trabalho e trabalhador, mas como forma de fugir da morte. Os emigrantes almejavam construir um lugar de trabalho e pelo trabalho, uma comunidade, no sentido e significado de liberdade e alteridade. As imagens animadoras de cartas que vinham de parentes e amigos no Brasil, sobre êxitos alcançados, contribuíram para a decisão de emigrar.

O governo imperial brasileiro viu na imigração o meio pelo qual poderia enfrentar diversas necessidades: de povoar o sul do Brasil, para garantir a posse do território, diante da ameaça de ocupação pelos uruguaios e argentinos, de recrutar soldados para fortalecer o exército brasileiro e para a produção de gêneros alimentícios, suprimindo uma deficiência existente desde o tempo colonial. Para isso enviou, em 1822, ano da independência do país, à Europa o major Georg Anton von Schäffer, para recrutar interessados em emigrarem para o Brasil. Aos que decidissem pela emigração, o governo brasileiro oferecia passagem à custa do governo, doação de um lote de terra de 78 hectares, ajuda de custo diária de um franco ou 160 réis a cada emigrante/colono no primeiro ano e metade no segundo, bem como certa quantidade de bois, cavalos, porcos e galinhas, na porção do número de pessoas de cada família.

Em 1924 chegaram a Porto Alegre, no atual estado do Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes alemães. Este grupo, de 39 imigrantes, foi encaminhado a uma área localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos. Nos anos que se seguiram outras levas de imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul.

Em uma viagem no vapor Montevidéu, em maio de 1877, “*aproximadamente 150 boêmios alemães*” e cerca de 150 portugueses, que embarcaram em Lisboa, iniciaram viagem rumo ao Brasil. Após a longa travessia do Atlântico, durante 19 dias, depois de passagem pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, onde os imigrantes eram recebidos e distribuídos, em 29 de junho do referido ano, parte dos imigrantes alemães chegou a Porto Alegre. Alguns foram encaminhados à Colônia Santo Ângelo. A família de Umann e outras duas decidiram rumar para a Colônia de Monte Alverne, área que, atualmente, faz parte do município de Venâncio Aires.

Da viagem, que cruzou do Atlântico, Umann destaca a boa alimentação servida aos imigrantes. Mas, outra imagem parece lhe falar mais alto, da qual diz lebrar-se vivamente. No Rio de Janeiro foram transferidos para um navio vapor costeiro. Quando já acomodados, tiveram que desocupar os camarotes, cedendo espaço aos escravos, por ele designadas de “*pessoas de cor*” e acomodar-se de qualquer modo em um canto do navio. Imaginou as condições precárias nas quais os escravos eram trazidos da África e como era “*considerada a mão de obra trabalhadora em terra de barões de escravos*” (Umann, 1981, 47). Esse fato, narrado por Umann, é uma evidência de que o tráfico de escravos ocorria na costa brasileira mesmo depois da proibição do tráfico negro.

Nos anos que se seguiram, a imigração levou à criação de colônias. As primeiras foram as de Três Forquilhas e de São Pedro de Alcântara das Torres. Umann, com sua esposa e filha de dois anos, obteve ajuda inicial do governo brasileiro, que depois o abandonou. Na chegada à colônia de terras a ele destinada, contou com a ajuda de sua irmã e cunhado. Observou a vida de colono, teve impressão inicial boa, mas sentiu insegurança e receio diante das visíveis dificuldades e, como muitos dos seus companheiros, a maioria de operários, sentiu-se desiludido “*ante os fatos desconhecidos e rudes*” que viveram: “*Apesar disso tudo, [...] nenhum em seu palácio possa se sentir mais feliz que eu outrora, em minha primeira choupana, a qual sabia ser minha, [...], sabíamos que ninguém podia nos obrigar a*

abandonarmos a nossa morada!” (Umann, 1981, 54), posiciona-se Umann acerca daquele tempo e espaço social.

O modo como percebe a si próprio e os outros, definindo-se e posicionando-se naquele espaço social, revela um discurso constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, de afirmação da continuidade e coerência de sua trajetória e da comunidade formada por imigrantes. Importa, pois, verificar como Umann, por meio de representações sociais, elabora sentidos identitários.

Tessitura de Colono

Ao descrever as suas vivências e a dos outros imigrantes, nos primeiros anos na Colônia Santa Cecília, Umann articula discursivamente imagens legitimadoras de um passado em comum, na dimensão do que perspectivava construir no Brasil. Ao narrar assim, fala para si, para os seus da comunidade e para todos os imigrantes que não eram oriundos da Boêmia, e fala também para a posteridade. Narra para transmitir e para criar uma memória.

A luta dos imigrantes para superar as dificuldades é narrada como árdua, constante, beirando ao sobre-humano. Conta ele que as dificuldades eram muitas: derrubar a floresta (serviço árduo ao qual às famílias imigrantes não estavam habituadas), cultivar produtos agrícolas (que exigiam técnicas que não conheciam) e construir moradias e galpões de madeira (com tábuas feitas pelos próprios colonos). Tudo isso se tornou um aprendizado aos *“operários que não conheciam a prática de serrar tábuas, fazer cercas, lascas ripas de madeira para o telhado”* (Williams, 1979, 60), mesmo para os que haviam trabalhado na agricultura, pois as atividades eram diferentes.

O modo como Umann adjetiva a situação vivida pelos imigrantes nos chama atenção: é semelhante àquela que fez acerca de suas vidas na Boêmia, mas o ambiente natural, o espaço social e o trabalho eram diferentes. O ambiente natural era diferente, mas igualmente belo e hostil. O trabalho era diferente, mas árduo e, possivelmente, não tão insalubre e penoso quanto o trabalho nas fábricas de vidro, que, em poucos anos, afetava irremediavelmente a saúde dos operários. A imagem que o autor elabora é a do imigrante, como personagem heróico que sobreviveu a tudo isso, por meio do trabalho.

Por meio dessa representação social, do “trabalho”, Umann articula a identidade do imigrante como afeito ao trabalho. Não havia outra opção para o colono, afirma, *“senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar”* (Umann, 1981, 60). E, *“Posteriormente divertiam-se com as circunstâncias miseráveis que tiveram que passar. Algumas famílias lograram mesmo atingir uma situação de bastante bem-estar, através de seu trabalho e persistência”* (Umann, 1981, 56). Essa interpretação, amalgamada a outras representações sociais, foi reforçada pelos imigrantes na medida em que foram constituindo relações sociais e se “fazendo” nelas. Produziram, assim, uma cultura, entendida aqui na acepção que lhe foi dada por Raymond Williams, como todo um modo de vida, de colono (Williams, 1979), que inclui *“não só a herança de valores, mas, também o projeto de um convívio mais humano”* (Williams, 1979, 60).

Essa perspectiva evidencia-se na narrativa de Umann. Observamos, na análise da sua tessitura discursiva, tendo como referência as reflexões de Michael Pollak, que, por meio de *“uma permanente interação entre o vivido e o apreendido, o vivido e o transmitido”*, o autor elabora interpretações do passado, como modo de *“definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”*. Neste sentido, *“a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar*

respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis". (Williams, 1979, 60) Trata-se, pois, de defender aquilo que o grupo tem em comum e como projeto de futuro.

As representações sociais de "colono" e de "colônia" são indicativas das dimensões que os agricultores familiares imigrantes no sul do Brasil têm em comum. Estas palavras possuem origem histórica bem definida. Segundo Seyferth, o termo *colônia* refere uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas. Nela imigrantes alemães, entre outras etnias, e seus descendentes receberam em doação propriedades em projetos oficiais ou adquiriram de empresas privadas de colonização, propriedades nas quais desenvolveram a produção agrícola para a subsistência das suas famílias e para o mercado. A pequena propriedade agrícola também é referida como colônia, designando sempre trabalho familiar num patrimônio.

Assim, portanto, uma colônia "*é concebida como um microcosmo auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes*". Trata-se, todavia, de uma situação aparente, pois desde o início os colonos estão submetidos à lógica do mercado e "*dependem de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não. A propriedade do colono é para ele a área colonial em ponto menor. [...] Os espaços dentro do lote colonial são bem demarcados e refletem a atividade múltipla da família camponesa*" (Seyferth, 1990, 25).

É nela e a partir dela que o imigrante vai afirmando sua identidade ao se autorrepresentar como trabalhador e em oposição a outros grupos sociais: "*Nossa juventude crescia, aprendia rápido e se habituava ao pesado trabalho. Em se tratando de laboriosidade e exatidão no trabalho [...] sobrepujavam os lusos*", assevera Umann (Umann, 1981, 61).

O trabalho ganha sentido para além do espaço socioambiental da colônia, onde é desenvolvido pela família do colono, numa ambiência mais ampla: nas relações de reciprocidade entre vizinhos e nas relações comunitárias. Por meio de relações de reciprocidade horizontais, os imigrantes fizeram estradas, construíram escolas, associações de canto, igrejas. Trata-se de um sentido cooperativo e solidário na constituição de novas relações sociais. O trabalho de abertura de estradas, a troca de dias de serviço e os mutirões são práticas adotadas por colonos nos processos de colonização, objetivando a realização de interesses e expectativas individuais, coletivas e comunitárias.

Umann elabora um sentido de comunidade isento de conflitos, uma ambiência na qual há harmonia. Na comunidade, afirma ele, havia "*alegria de viver. Inveja e ciúme não tinham lugar entre os novos colonos, pois não se formara ainda nenhuma aristocracia rural*". A condição econômica, em outros termos, não havia produzido distinção de classes. A formação de classes sociais é interpretada como processo que engendra conflitos entre indivíduos e destrói relações baseadas em reciprocidades horizontais, como as práticas de solidariedade entre vizinhos: "*Todos se uniam e se auxiliavam sem indagar: - És francês, boêmio, alemão, holandês, pomerano ou hundraück? Igualmente não se perguntava pela crença que cada um professava, se católico, protestante ou livre pensador. Éramos colegas de profissão, e nos auxiliávamos onde e quando necessário*" (Umann, 1981, 61).

Esse ideal comunitário e coletivo se contrapõe às últimas constatações de Umann narradas em sua autobiografia. Entre os colonos havia incompreensão e disputas, como a do traçado que deveria seguir a estrada. A ambiência comunitária, coletivamente construída, não se realizou. As relações comunitárias foram vividas pelos imigrantes como interesses partilhados na e para a constituição do seu modo de vida como colonos: proprietários de terra, que cultivam a terra por meio do trabalho familiar e mediante a possibilidade de autonomia de decisão sobre o processo produtivo agrícola, a liberdade de decidir o quê, como e quando — um sujeito livre em suas escolhas. Essa autonomia, todavia, é relativa, pois a produção e as atividades dos colonos foram recriadas e gradativamente submetidas à lógica do capitalismo.

Nesse contexto, os colonos tornam-se sujeitos de direitos e, nesta condição, no dizer de Eni Orlandi, constituídos na sociedade capitalista, são ao mesmo tempo livres e submissos (v. Orlandi, 2000, 50-51). A própria narrativa de Umann revela essa ambiguidade. Como sujeito do discurso, teceu uma teia de significados à qual está amarrado (Geertz, 1978, 15), mas que, ao mesmo tempo, possibilita a interpretação pela crítica das representações sociais. Desse modo, o movimento dialético entre o vivido e o concebido nunca cessa (v. Lefebvre, 1983, 69-70), mesmo quando o ato de silenciar produz uma ausência. Não escrever mais, deixando de interpretar as experiências e de lhes atribuir sentidos, silenciar, também é uma forma de significar e produzir sentidos de contraposição às múltiplas e diferentes tentativas de subordinação dos sujeitos e, portanto, de tecer a subjetividade. Não sabemos se foi esta a opção de Umann, se, ao constatar os conflitos entre colonos, deixou de narrar suas vivências do passado. Sua autobiografia, todavia, nos mostra que as narrativas de vida são instrumentos de reconstrução da identidade individual e coletiva, e “mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (Pollak, 1989, 14).na qual o sujeito elabora seus discursos, ressignificando a sua subjetividade.

Referências Bibliográficas

- Bosi, Alfredo, 1998, *Dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Flores, Hilda, 1981, Introdução, In Umann, Josef, *Memórias de um imigrante boêmio*, Porto Alegre (RS), Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Geertz, Clifford, 1978, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Orlandi, Eni P., 2000, *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes.
- Lefebvre, Henri, 1983, *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*, México, Fondo de Cultura.
- Le Goff, Jacques, 1992, *História e memória*, tradução de Bernardo Leitão (et al.), 2a ed., Campinas, Edunicamp.
- Pollak, Michel, 1992, Memória e identidade social, *Revista Estudos Históricos*, 10: 200-212.
- _____, 1989, Memória, esquecimento, silêncio, *Revista Estudos Históricos*, 3: 3-15.
- Schreiner, Davi, 2002, *Entre a exclusão social e a utopia*, São Paulo, USP, Tese.
- Seyferth, Giralda, 1990, *Imigração e cultura no Brasil*, Brasília, Editora da UnB.
- Umann, Josef, 1981, *Memórias de um imigrante boêmio*, tradução de Hilda Agnes Hübner Flores, Porto Alegre (RS), Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Turner, Victor W, 1974, *O processo ritual*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- Willians, Raymond, 1979, *Marxismo e literatura*, Rio de Janeiro, Zahar.

Davi Félix Schreiner é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Curso de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Brasil.

Ivonete Pereira é doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Adjunta do Curso de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), pós-doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.